

# FAMÍLIA E ESCOLA NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

## FAMILY AND SCHOOL IN COPING WITH CHILD SEXUAL ABUSE IN CONTEMPORARY TIMES: A LITERATURE REVIEW

## FAMILIA Y ESCUELA FRENTE AL ABUSO SEXUAL INFANTIL EN LA ÉPOCA CONTEMPORÁNEA: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

Leide Daiana Carvalho Cunha<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Ceará - UFC

Patrícia Lana Pinheiro Guerreiro<sup>2</sup>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

Scarlett O'Hara Costa Carvalho<sup>3</sup>  
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

### Resumo

O presente trabalho possui como temática o abuso sexual infantil (ASI), que, além de ser crime, é considerado um problema social, contra o qual a escola e a família possuem papel fundamental. O objetivo é investigar, por meio de revisão de literatura integrativa, o papel da família e da escola no enfrentamento do ASI em produções científicas brasileiras dos últimos dez anos, com buscas na base de dados do Google Acadêmico. Partimos de uma contextualização histórica de como a infância é vista em diferentes épocas, até se chegar à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, marcos legais que os reconhecem como sujeitos de direitos. Na metodologia, apresentamos as etapas da revisão integrativa de literatura, os descritores utilizados para a busca dos trabalhos e critérios de inclusão e exclusão para a análise. Os resultados mostram que não houve estudos que investigassem o papel da escola e da família em parceria no enfrentamento do ASI, que o tema da educação sexual ainda é visto como tabu.

**Palavras-chave:** Escola; Família; Abuso Sexual Infantil; Criança e Adolescente; Educação Sexual.

<sup>1</sup> Mestranda em avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista no Ensino das Ciências Humanas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1665569010432990>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2887-0254>. E-mail: [leidinhacunha@gmail.com](mailto:leidinhacunha@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – (Unesp), Campus de Marília. Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2010). Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras e Novas Tecnologias pela Universidade Federal de Uberlândia (2011). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4225730111542834>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9962-6446>. E-mail: [patricialana@ifce.edu.br](mailto:patricialana@ifce.edu.br).

<sup>3</sup> Pedagoga, Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), campus Acaraú. Pesquisadora Bolsista SME/CitinoVA. Integrante do grupo de pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Pemo/UECE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8430627119122404>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0381-0063>. E-mail: [scarlettoharacc@gmail.com](mailto:scarlettoharacc@gmail.com).

## Abstract

The subject of this study is child sexual abuse (CSA), which, as well as being a crime, is considered a social problem against which the school and the family play a fundamental role. The aim is to investigate, by means of an integrative literature review, the role of the family and the school in dealing with CSA in Brazilian scientific productions from the last ten years, through searches in the Google Scholar database. We begin with a historical contextualization of how childhood is seen in different eras, until we reach the 1988 Federal Constitution and the Statute of the Child and Adolescent, legal frameworks that recognize them as subjects of rights. In the methodology, we present the stages of the integrative literature review, the descriptors used to search for the studies and the inclusion and exclusion criteria for the analysis. The results show that there were no studies investigating the role of the school and the family in partnership in tackling ASI, and that the subject of sex education is still seen as taboo.

**Keywords:** School; Family; Child Sexual Abuse; Children and Adolescents; Sex education.

## Resumen

La temática de este trabajo es el abuso sexual infantil (ASI), que además de ser un delito, es considerado un problema social, frente al cual la escuela y la familia juegan un papel fundamental. El objetivo es investigar, a través de una revisión integradora de la literatura, el papel de la familia y la escuela en el enfrentamiento a la IAS en las producciones científicas brasileñas de los últimos diez años, con búsquedas en la base de datos Google Scholar. Partimos de una contextualización histórica de cómo es vista la niñez en diferentes épocas, hasta llegar a la Constitución Federal de 1988 y el Estatuto de la Niñez y la Adolescencia, marcos legales que los reconocen como sujetos de derechos. En la metodología presentamos las etapas de la revisión integrativa de la literatura, los descriptores utilizados para la búsqueda de trabajos y los criterios de inclusión y exclusión para el análisis. Los resultados muestran que no hubo estudios que investigaran el papel de la escuela y la familia en colaboración para abordar la ASI, y que el tema de la educación sexual todavía se considera un tabú.

**Palabras clave:** Escuela. Familia. Abuso sexual infantil. Niño y Adolescente. Educación sexual.

## INTRODUÇÃO

Estudos sobre o papel da escola na prevenção ao abuso sexual infantil (ASI) revelam a importância da relação entre essa instituição e a família dos estudantes (Vieira, 2021). A proximidade entre família e escola é importante porque essas instituições são os principais agentes para o desenvolvimento da criança na sociedade que tem como uma de suas facetas a proteção das crianças contra quaisquer violências.

Constitucionalmente, a família, a sociedade e o Estado têm como dever proteger crianças e adolescentes de “toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1990, p. 65). O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que as crianças e adolescentes possuem todos os direitos da pessoa humana e que lhes deve ser assegurado um desenvolvimento com dignidade, além de afirmar o papel da família e da sociedade como um todo em protegê-los em quaisquer circunstâncias (Brasil, 1990). Proteger a criança das violências sexuais é papel a ser desempenhado em educação na escola, mas também na família e na sociedade. A parceria



família-escola no enfrentamento dessas violências é, portanto, fundamental, e o tema educação sexual normalmente não está presente nas matrizes curriculares escolares.

Com a eclosão da pandemia de covid-19 a partir de março de 2020. As escolas foram as primeiras instituições a fecharem as portas e as últimas a reabri-las, e inúmeras crianças e adolescentes, sobretudo as mais marginalizadas socialmente, passaram a viver em condições de vulnerabilidade em seus lares sem o apoio da escola como abrigo físico e como lugar seguro para conversar sobre acontecimentos desagradáveis, quiçá traumatizantes, e com apoio insuficiente por meios virtuais.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (Bohnenberger; Bueno, 2021) mostram que, em 2020, houve redução, em 24 unidades da federação brasileiras, de 14,8% de registros de estupro e de estupro de vulnerável – que é o estupro cometido contra menores de quatorze anos ou pessoa incapaz de consentir sobre o ato, o que pode ocorrer devido a alguma enfermidade ou deficiência, ou por não possuir haver discernimento para o consentimento.

Ainda segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança pública de 2021 (Bohnenberger; Bueno, 2021), a redução das queixas de violência sexual durante a pandemia não corresponde à redução dessa violência, e a maioria dos casos de estupro (73,7%) é cometida contra vulneráveis. Os dados sobre estupro e estupro de vulneráveis são estarrecedores: grande parte dos abusos é cometida por pessoa conhecida da vítima (85,2%); a maioria das vítimas é do sexo feminino (86,9%); e a maioria dos estupros de vulneráveis ocorre na faixa etária de dez a treze anos (28,9%), de cinco a nove anos (20,5%), de quatorze a dezessete anos (15%), e de zero a quatro anos (11,3%).

Diante disso, a pergunta norteadora da pesquisa é: em trabalhos publicados nos últimos dez anos sobre educação sexual, qual é o papel da escola e da família no enfrentamento do problema? A partir daí surgiram hipóteses e os objetivos que nortearam o presente estudo. As crenças errôneas criadas e difundidas a respeito da educação sexual no país parecem estar profundamente arraigadas na sociedade brasileira e continuam sendo reproduzidas. A partir dessa hipótese, os objetivos deste estudo foram construídos. O objetivo geral deste estudo é o de investigar, por meio de revisão de literatura, o papel da família e da escola no enfrentamento do ASI em produções científicas brasileiras dos últimos dez anos na base de dados do Google Acadêmico, que é um “hub” de outras bases de dados. Os objetivos específicos consistem em: i) averiguar se há ações em parceria entre família e escola contra o ASI; ii) analisar dificuldades para que ações de prevenção ocorram no âmbito familiar e/ou escolar, em parceria ou não.



Há diversos trabalhos a respeito do tema educação sexual: na escola (Paiva; Miranda; Ferreira, 2016), no papel das mães e pais na educação sexual dos filhos adolescentes (Savegnago; Arpini, 2018), sobre as limitações da educação sexual em âmbito escolar (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013), que a educação sexual deve ser ensinada na escola e trabalhada na relação entre pais e filhos (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013), quanto ao intermédio de profissionais da área da saúde no ensino da educação sexual (Almeida; Centa, 2009), dentre outros. No entanto, trabalhos sobre as percepções da parceria da família e escola quanto ao ensino da educação sexual carecem de atenção, sobretudo quando se volta para a educação infantil. A presente pesquisa mostra-se relevante no sentido de buscar entender como se dá a relação da família com a escola na abordagem do tema educação sexual e os papéis de cada um na contemporaneidade, mais especificamente nos últimos dez anos.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

### **A condição social da criança ao longo da história do Brasil**

Ao longo da história, no que tange à história da infância no Brasil, esta é marcada por diversos momentos e transformações, que refletem as mudanças sociais, econômicas e culturais pelas quais o país passou ao longo dos anos.

Pontes et al. (2017) faz a distinção entre os conceitos de "ser criança" e "ter infância", enfatizando que esses termos, embora frequentemente usados como sinônimos, têm significados distintos. Conforme os autores, historicamente, a criança foi inicialmente percebida apenas como um ser biológico, sem a valorização da fase da infância. A ideia de infância, enquanto construção social e histórica, começou a emergir no século XIII, ganhando relevância significativa com as mudanças socioculturais e econômicas ao longo dos séculos. A complexidade desses conceitos está ligada ao fato de que as percepções sobre crianças e infância são sempre mediadas pelo olhar adulto, o que resulta em interpretações que refletem os valores e as visões de mundo de cada sociedade.

Nas análises de Rizzini (2011), foi no final do século XIX e no início do século XX que um movimento pela proteção à infância ganhou força no Brasil, com a criação de leis que visavam a garantir direitos e condições adequadas para o desenvolvimento das crianças. Nesse período, foram criados os primeiros juizados de menores e os primeiros



estabelecimentos especializados no atendimento à infância, como creches e asilos infantis. No que tange à família e à criança, conforme Ariès (1986), ao longo da história, a criança era tratada como um pequeno adulto, não se percebiam sinais de laços afetivos da família pela criança, que saía da dependência física das amas de leite e era logo introduzida à vida dos adultos.

Um dos primeiros documentos a reconhecer a necessidade de proteção e cuidado com as crianças foi a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Liga das Nações em 1924. No ano de 1941, foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM). Antes dele, não existia, no Brasil, nenhum outro órgão federal responsável pelo controle da assistência. O SAM se manteve seguindo o modelo do juízo de menores, voltado a atender os “menores abandonados” e “desvalidos”. No entanto, foi apenas com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que os direitos das crianças passaram a ser reconhecidos como uma questão fundamental de direitos humanos (Rizzini; Pilotti, 2011).

Na década de 1950, com o crescimento do movimento pelos direitos civis e a luta pelos direitos das mulheres, o tema dos direitos das crianças voltou a ganhar destaque, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1950. A partir daí, foram desenvolvidas diversas convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, realizada pela ONU, em 1989, que estabelece os direitos básicos de todas as crianças e adolescentes, incluindo o direito à proteção, à saúde, à educação e à participação social.

No Brasil, a história da construção dos direitos das crianças e adolescentes está diretamente relacionada com a luta pela redemocratização do país na década de 1980. A Constituição Federal promulgada em 1988, doravante CF/1988, traz importantes contribuições quanto à proteção de crianças e adolescentes. Em seu artigo 227, consta que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Em 1990, foi promulgada a lei federal no 8.069/1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece um conjunto de direitos e garantias para todas as crianças e adolescentes brasileiros, do nascimento até os dezoito anos de idade. O ECA confere-lhes proteção integral e estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de todos os direitos inerentes à pessoa humana, ratificando e formalizando o que



a CF/1988 traz a respeito (Brasil, 1990), pois, conforme consta no artigo 3º do ECA, deve-se assegurar a eles “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990).

Desde então, na busca por avanços na construção de legislações de proteção integral da infância e adolescência, foram criados diversos órgãos e políticas públicas voltados para a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Barros; Lima; Pereira (2024) enfatizam que a proteção integral a criança é essencial para enfrentar negligência, discriminação e outras violações que afetam a infância. E a efetivação desses direitos demanda a articulação de políticas públicas que não apenas protejam, mas promovam o pleno exercício da cidadania pelas crianças, considerando sua complexidade como seres humanos e agentes sociais. A importância dessa doutrina reside em criar condições que favoreçam a justiça social e o respeito à dignidade humana, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

É importante salientar que o período que antecede a CF/88 foi determinante para que os princípios da proteção integral se transformassem em legislações. O Brasil foi um dos primeiros países a promulgar, para esse público específico, um marco legal, acompanhando o que foi estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança no ano de 1989, embora já existisse, em outros locais do planeta, uma luta voltada ao enfrentamento da violência sexual. Merece destaque a aprovação, no ano 2000, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), pelo CONANDA.

No ano de 2003, o PVNESCA passou por atualizações, introduzindo em seu texto os indicadores de monitoramento e avaliadores de seu impacto na formulação de políticas públicas. Nesse mesmo ano, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi criada. No âmbito do Governo Federal, foi criado o Disque 100, que é um canal para o recebimento de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Além dessas ações, houve o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que foi sediado no Brasil no ano de 2008, ainda focado na atualização e revisão do PVNESCA, em que se buscava compreender a diversidade das várias regiões do país em sua dimensão continental (BRASIL, 2013).



Com o passar dos anos, constatou-se o quão fundamental tem sido a implantação de políticas públicas para o enfrentamento à violência, à exploração e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, e a extrema importância da existência de uma rede de proteção cujo fluxo que possui vários caminhos e portas de entradas, que são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Ministério Público, o Disque 100, o Conselho Tutelar, a atuação das polícias, dentre outros equipamentos.

### **Violência contra crianças e adolescentes: abuso sexual**

De acordo com Arendt (2013), a violência tem caráter instrumental, e é através da coerção que são constituídas a dominação e a obediência. Dessa maneira, a dominação, através do uso da violência, surge de onde se perde poder. Em suas palavras, diz que “o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de domínio, enquanto o domínio, assim nos é dito, deve a sua existência a um ‘instinto de dominação’” (Arendt, 2013, p.52).

O abuso sexual é violência e, por conseguinte, instrumento de domínio. Entre outros significados, pode ser considerado como um ato que desrespeita questões éticas identificadas por meio das atitudes do agressor, que transforma a criança em condição de objeto do qual ele se apropria para satisfazer seus desejos sexuais. Ademais, o abuso sexual, dada a sua complexidade, relaciona-se a fatores como má distribuição de renda, pobreza, migração, processos de urbanização acelerados e políticas públicas ineficazes (Brasil, 2008).

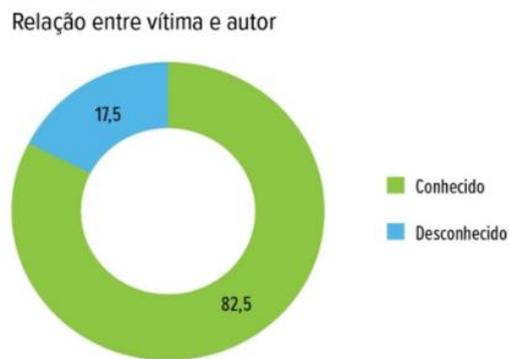
Dados do Anuário Brasileiro de Segurança (2022) sobre a violência sexual infantil revelam que, no Brasil, 51% dos casos são praticados com crianças de até cinco anos. Em 2020, 60% das vítimas tinham menos de treze anos:

Levantar, analisar e refletir sobre os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é urgente. Aliás, é urgente há muito tempo. Desde 2019, quando pela primeira vez o Fórum Brasileiro de Segurança Pública conseguiu separar os dados do crime de estupro do crime de estupro de vulnerável, pudemos enxergar que 53,8% desta violência era contra meninas com menos de 13 anos. Esse número sobe para 57,9% em 2020 e 58,8% em 2021. De 2020 para 2021 observa-se um discreto aumento no número de registros de estupro, que passou de 14.744 para 14.921. Já no que tange ao estupro de vulnerável, este número sobe de 43.427 para 45.994, sendo que, destes, 35.735, ou seja, 61,3%, foram cometidos contra meninas menores de 13 anos (um total de 35.735 vítimas) (Temer, 2022, p. 4).



Temer (2022), em artigo presente no Anuário Brasileiro de Segurança (2022), traz dados que também corroboram que a maioria dos casos de ASI acontece dentro de casa com pessoas próximas do conhecimento da criança:

**Figura 1** – Relação da Criança com o Autor da Violência



**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**Fonte:** Temer (2022, p. 5).

A maioria dos casos de abuso sexual ocorre com meninas, como já foi mencionado na introdução deste trabalho (Bohnenberger; Bueno, 2021). A incidência desse tipo de violência contra mulheres constitui o que se chama de dominação-exploração, vista nas históricas relações desiguais de gênero, situação em que os homens recorrem à violência para a realização de seu projeto masculino associado à concepção do poder de dominação sobre a mulher (Saffioti, 2015), homem esse mais poderoso, o mais forte e provedor, devido ao sistema patriarcal hierárquico.

A família pode não cumprir seu papel de zelar pela integridade física e emocional das crianças. Quando isso ocorre, a escola acaba se tornando o maior espaço de proteção ao qual as crianças e adolescentes podem recorrer. Arendt (2013), em suas análises sobre a educação, conclui que professores possuem uma qualificação que permite conhecer o mundo, assim como têm a capacidade de instruir os outros acerca dele. A autoridade dos professores consiste em uma responsabilidade assumida por eles, no intuito de educar as crianças. Sendo assim, devido à proximidade com os(as) estudantes e às características inerentes da profissão de educar, professores, por muitas vezes, são as primeiras pessoas a identificar situações de violência que a criança ou adolescente possam estar vivenciando.



## A educação sexual, escola e família

Foi na década de 1920, que no Brasil, iniciaram-se as primeiras preocupações com a educação sexual, tendo como principal objetivo acabar com a prática da masturbação, com doenças sexualmente transmissíveis e preparar mulheres para seus papéis de mãe e de esposa. Frente a isso, no ano de 1928, o Congresso Nacional de Educadores aprova uma proposta de programa de educação sexual nas escolas, voltado apenas para crianças acima de onze anos. Essa proposta teve a igreja católica como grande opositora, entre as décadas de 1930 a 1950 (Santos et al., 2021).

Na década de 1960, houve o golpe militar, e o regime ditatorial instaurado no Brasil reafirmou a repressão contra a educação sexual já manifestada pela igreja católica. Contudo, isso não impediu que, no ano de 1968, a então deputada Júlia Steimburck apresentasse um projeto de lei à Câmara dos Deputados, voltado a implantar, em todas as escolas do país, obrigatoriamente, a educação sexual e em todos os anos escolares. Apesar de seus esforços, o projeto não foi aprovado. Já na década de 1980, o tema sexualidade ganhou grande repercussão, principalmente com a exposição da nudez, da popularização de sex shops, e da venda de revistas que traziam em seu conteúdo acesso a respostas sobre sexo aos cidadãos (Santos et al., 2021).

Ainda na década de 1980, houve um aumento na demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas, principalmente pelo crescimento dos casos de gravidez na adolescência, contaminação por HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis. Na década de 1990, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o objetivo de ser uma referência em orientações pedagógicas para os educadores. Esses parâmetros foram propostos pelo Ministério da Educação (MEC) para o Ensino Fundamental em todas as escolas do país, com foco na orientação sexual (Santos et al., 2021). Os PCNs trazem em seu texto introdutório o seguinte:

O conjunto de documentos dos Temas Transversais comporta uma primeira parte em que se discute a sua necessidade para que a escola possa cumprir sua função social [...] justificativa e a conceitualização do tratamento transversal para os temas sociais e um documento específico para cada tema: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal (BRASIL, 1998, p. 42).

Acredita-se que, mesmo havendo resistência das famílias quanto à abordagem da educação sexual nas escolas, era necessário introduzir essa temática nas instituições de



ensino e pautá-la por documentos norteadores, sobretudo devido à importância dessa discussão e às dificuldades, dentro do âmbito familiar, acerca da abordagem do tema com crianças e adolescentes.

Nas famílias, é comum e é uma barreira que a educação sexual seja vista pelos responsáveis por crianças e adolescentes como uma forma de incentivo mais cedo do que o desejado a uma “vida sexual”. Todavia, estudos apontam que a introdução desse tema nas escolas impacta significativamente na redução da gravidez na adolescência. Outro ponto importante da educação sexual nas escolas é que, a partir dela, a criança aprende a identificar formas de abusos (Santos *et al.*, 2021). O abuso sexual é uma questão complexa, que envolve diferentes atores em seu enfrentamento. Como o debate em âmbito familiar ainda é considerado um tabu, e pelo fato de o abuso sexual ser praticado em âmbito familiar, é fundamental que a escola trabalhe o tema, justamente pelo fato de a escola ser instituição de proteção às crianças e adolescentes, que são a parte vulnerável envolvida. Professores e famílias, portanto, precisam estar cientes de que são, em conjunto, rede de proteção à criança e a adolescentes, sendo essencial o fortalecimento dessa rede e de formas de trabalho em conjunto para que violências não sejam mais cometidas contra esse grupo que requer, dos adultos, zelo e proteção.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para coleta e análise dos dados é a de revisão integrativa de literatura, a qual se caracteriza por ser a mais abrangente aproximação metodológica relacionada “[...] às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado” (Souza; Silva; Carvalho, 2010, p.103). Ainda de acordo com as autoras, a revisão integrativa funciona como um estudo para coletar dados de fontes secundárias, que foram localizadas a partir de levantamento bibliográfico de estudos de outros autores.

Os passos realizados para coletar e analisar os dados foram os seguintes: definição da pergunta de pesquisa; busca na literatura publicada sobre o tema respeitando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos; coleta dos dados e definição das informações a serem retiradas de cada estudo analisado; análise de cada estudo; discussão dos dados encontrados; e apresentação da revisão integrativa, o que se dá por meio deste artigo (Souza; Silva; Carvalho, 2010, p.103).

Os descritores para a busca dos artigos foram “família”, “escola”, “abuso sexual infantil” e “educação”. Os critérios de inclusão e exclusão estão descritos abaixo:



**Quadro 1** – Critérios de inclusão e de exclusão

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Artigos científicos publicados em periódicos ou em anais de simpósios ou congressos, de 2013 a 2023.	Artigos publicados antes de 2013.
Artigos que se adequam ao objetivo do estudo.	Artigos duplicados.
Artigos escritos em português	Artigos em que as análises ocorreram fora do Brasil.
	Artigos que abordem outras formas de violência que não seja o abuso sexual infanto-juvenil.
Artigos de acesso completo disponível gratuitamente.	Artigos em língua estrangeira.

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2023).

As informações a serem retiradas de cada estudo para a análise dos dados foram as seguintes: título, autoria e ano de publicação, local de publicação, objetivos, desenho metodológico e discussão. Cada estudo que coube na análise foi numerado para maior organização. A procura pelos artigos foi feita na plataforma do Google Acadêmico, nos meses de 2013 a 2023, por ordem de relevância na própria plataforma. A priori, foram encontrados 16.400 artigos após a busca com os descritores utilizados, no entanto a maioria possuía relação com palavras similares, não necessariamente possuíam relação com a temática em estudo, dessa forma identificamos que apenas os cem primeiros tinham alguma relação com os descritores. Desse modo, selecionamos os cem primeiros, como uma amostra principalmente devido à impossibilidade de análise de mais de dezesseis mil trabalhos, realizamos uma breve leitura desses textos e separamos os que realmente poderiam contribuir e responder aos objetivos aqui propostos. Desse número de cem (100) artigos, somente cinco (05) artigos foram elegíveis para serem analisados de acordo com os objetivos propostos e em obediência aos critérios de inclusão e exclusão.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como exposto anteriormente, o processo de inclusão e exclusão chegou à escolha de cinco artigos que corroboram com o presente estudo, conforme descritos abaixo:



**Quadro 2 – Extração e análise dos dados**

<b>Título, Autores, Ano e Local de Publicação</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Resultados</b>
Educação sexual na escola: sob o olhar do gestor e professor. MAIA, Ana Paula Oliveira; SILVA, Núbia da; NORONHA, Weslane Silva. (2020). Brazilian Journal of Development	Analisar o nível de envolvimento das escolas na pessoa de gestores e professores no que diz respeito à Educação Sexual, bem como identificar as principais dificuldades.	O presente estudo foi realizado em Barreiras-BA, os dados foram coletados em quatro escolas públicas. Os participantes do estudo foram gestores e professores, que responderam a entrevista semiestruturada. Para isso, foram realizadas entrevistas a gestores e aplicado questionários aos professores de quatro escolas, sendo duas municipais e duas estaduais da cidade de Barreiras-BA.	Constatou-se que tanto os gestores como os educadores possuem um conhecimento mínimo quanto a educação sexual, mostrando a necessidade de uma formação continuada. Mostrando-se a importância de se ter espaços para debate sobre esse tipo de tema.
Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi.(20 15). Rev.Psicopedagogia	Analisar a opinião de professoras sobre a educação para a sexualidade na infância, bem como sobre a prevenção da violência sexual infantil.	Consiste em uma pesquisa qualitativa-descritiva. Realizada no interior paulista com professores da educação infantil, que foram entrevistados para efetivação do estudo. Participaram 16 professoras da Educação Infantil de uma cidade do interior paulista. Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada elaborado pelas pesquisadoras sobre as formas de prevenção da violência sexual infantil na escola. Os relatos foram gravados em áudio e transcritos na íntegra para a análise de conteúdo.	O estudo conclui que é importante que o ensino da educação sexual seja realizado na educação infantil. Revelou-se também, que algumas professoras demonstraram acreditar na prevenção da violência sexual infantil por meio do diálogo sobre o assunto com a criança, porém apenas uma delas relacionou a educação para a sexualidade com a prevenção da violência sexual infantil. Outras professoras relataram que a prevenção deve ser feita com a família, por meio de palestras na escola. Por fim, houve professoras que relataram não ter certeza sobre a possibilidade de prevenção dessa modalidade de violência. Sobre as concepções das professoras a respeito da educação para a sexualidade na Educação Infantil, muitas revelaram compreender esse trabalho como necessário, enquanto outras demonstraram acreditar que as crianças são pequenas demais para se abordar o assunto em sala de aula.



<p>A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto (2019). Revista Perspectivas Online: Humanas &amp; Sociais Aplicadas</p>	<p>Compreender se na perspectiva de alunos de licenciatura e profissionais da área da educação existe capacitação, durante sua formação, para lidar com possíveis casos de Abuso Sexual Infantil defrontados no ambiente escolar.</p>	<p>Estudo de abordagem qualitativa, na qual foram entrevistadas alunas do curso de licenciatura em geografia. Foram entrevistadas 3 alunas do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) no município de Campos dos Goytacazes.</p>	<p>Constatou-se que a maior incidência de abuso sexual infantil está no meio intrafamiliar, e que frente ao surgimento de comportamento de fácil reconhecimento o ambiente escolar acaba sendo privilegiado para a detecção precoce do abuso. Contudo, o estudo identificou despreparo dos profissionais.</p>
<p>Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso? MARTELLI, Andréa Cristina. (2013). Anais do Simpósio Internacional de Educação sexual</p>	<p>Analisar as responsabilidades da escola no enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes.</p>	<p>Consiste em uma revisão bibliográfica realizada a partir de estudos resultados de palestras e cursos ministrados na formação continuada. No decorrer de palestras e cursos de formação continuada para professores sobre sexualidade a autora instigou-se pelas perguntas e dúvidas externalizadas pelos presentes em investigar abuso sexual contra crianças e adolescentes. Elaborando o estudo utilizando-se das discussões oriundas desses encontros.</p>	<p>Parte de uma análise de que o abuso sexual envolve valores arraigados em nossos trajetos antropológicos, contudo existe um pacto de silêncio, pois envolvem muitas questões. É reforçado que a escola não pode se isentar de sua função social. Dessa forma, tem o papel de fornecer informações quanto a essa realidade.</p>
<p>Abuso Sexual Infantil. OLIVEIRA, Milena Camili Cardoso Gomes de; FREITAS, Daiane Ferreira de; CASTRO, Kessill Monteiro de; SILVA, Gilmara Belmiro da. (2020) Monumenta – Revista Científica Multidisciplinar</p>	<p>Discorrer sobre os possíveis impactos sociais e psicológicos que a criança, a vítima de abuso sexual vem a sofrer, e como o ambiente escolar procura lidar com esses fatos, e como os profissionais devem estar capacitados para enfrentarem tal situação; e como conscientizar as crianças a se defenderem e denunciarem os abusos e agressores.</p>	<p>É uma pesquisa bibliográfica, por meio de livros revistas e sites que traziam debates sobre esta temática, assim como uma inserção prática em uma dada realidade com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, buscando que este trabalho contribua para o conhecimento e a informação de pessoas relacionadas ao meio escolar e pode vir a ser um instrumento de divulgação alerta.</p>	<p>O estudo retrata a importância de a criança conhecer o seu corpo para poder entender o que se trata o abuso sexual, sendo alertada sobre a diferença entre “carinhos”. Os resultados obtidos foram de muita excelência e satisfação pois fora um tema que para muitos é tratado como um tabu, mas para as crianças fora algo informativo e de muita importância, contudo, concluímos com êxito o trabalho aplicado para o público infantil.</p>

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

O interesse do presente estudo era trazer um debate sobre a importância da parceria família e escola no enfrentamento ao ASI. O que se percebeu, ao longo do estudo, é que a



violência sexual é uma violência silenciosa, muitas vezes sequer percebida pela criança, sendo que, em algumas situações, o medo obriga as vítimas a silenciarem.

A partir de uma minuciosa análise, obedecendo aos critérios estabelecidos, foi possível identificar cinco artigos que contribuíssem para nossa pesquisa, mas não foram encontradas referências que trouxessem a investigação de uma parceria entre a família e a escola no enfrentamento do problema. Uma das hipóteses para que haja carência quanto a pesquisas nesse sentido poder ser o fato de a violência sexual acontecer, com maior frequência, no âmbito intrafamiliar, como afirma Oliveira et al. (2020), sendo que esse tipo de violência ocorre com crianças de ambos os sexos e não escolhe classe social, raça ou etnia, além de invadir o espaço doméstico, familiar e escolar.

Em seus estudos, Spaziani e Maia (2015) identificaram, a partir da fala de educadores entrevistados, que estes não acreditam ou até têm dúvidas que podem prevenir a violência sexual, pois consideram que as crianças são imaturas. As interlocutoras até afirmam que existem algumas crianças pequenas que já apresentam indícios de terem sofrido abuso. Todavia, os educadores compreendem que a educação sexual pode ser um trabalho importante no que para o esclarecimento das dúvidas das crianças a respeito.

Reforçando as análises das autoras acima, Lessa e Mayor (2019) acrescentam que há uma preocupação com o tema do ASI, tanto porque houve avanços, quanto pela preocupação com seu impacto nas vítimas, até porque muitas acabam sofrendo preconceito e/ou estigmas. Seus estudos também apontam que os casos de abuso são muito frequentes, e discorrem que “além disso, o ASI pode chegar à escola de formas implícitas, onde a criança ou adolescente não verbaliza a violência sofrida, mas demonstra seus sinais indicativos” (Lessa; Mayor, 2019, p. 67). O mais comum é que as vítimas se reprimam e se culpem pelo ocorrido, mas a criança que sofre ASI geralmente traz reflexos, que se apresentam a partir de dificuldades de aprendizagem na escola, assim como podem se apresentar por meio de consequências tanto corporais como psicológicas (Oliveira et al, 2020). Dessa forma, compreende-se que a escola possui um papel muito importante para a identificação do ASI, conforme traz Martelli (2013), que considera importante a transversalidade de temáticas, principalmente a relacionada à educação sexual, no intuito de prevenir o ASI.

É necessário não reduzir o silêncio da vítima criança ou adolescente à mera aceitação do fato, porque ela deve se sentir protegida e acolhida. Trata-se de um ato que é caracterizado como crime, cabendo à escola efetivar a denúncia após a identificação da situação. A escola, em hipótese alguma, pode se isentar dessa responsabilidade. É



fundamental que os profissionais estejam preparados para identificar as crianças em situação de risco, o que, ainda não acontece, pois ainda existe falta de conhecimento e de sensibilização dos profissionais, que também podem achar que invadem um problema de âmbito particular (Martelli, 2013).

Os profissionais da educação não podem ser omissos, sendo dever deles, ao identificar alguma suspeita de ASI, encaminhar o caso às autoridades competentes para que as vítimas possam se defender, sempre tomando cuidado para que elas não sejam expostas. Professores devem também se atentar às expressões das crianças em suas atividades e a seus comportamentos, porque, por meio de desenhos ou de gestos, por exemplo, pode haver a revelação de que algum abuso sexual aconteceu (Oliveira et al, 2020). Dessa maneira, a escola tem papel não somente de agente de denúncias de ASI, mas de agente de prevenção e proteção, porque “a prevenção coaduna-se com informação, com conhecimentos, com problematização da sexualidade” (Martelli, 2013, p. 13), o que denota a importância do ensino da educação sexual em âmbito escolar.

Por meio das análises, confirma-se a importância da educação sexual como ferramenta de prevenção ao ASI, e a importância de atores sociais, no caso a família e a escola, para proteger crianças e adolescentes das violências e denunciar casos que possam acontecer. Um dos resultados deste estudo é a carência de investigações sobre o papel da escola e da família em conjunto no combate ao ASI. Foram encontrados trabalhos que abordassem, a problemática da educação sexual nas escolas, junto a seus quadros de profissionais, que revelaram não ter o preparo necessário para lidar com o tema, ou mesmo sentir desconforto por se tratar de assunto que julgam ser de foro íntimo. Há, também, situações de omissão por parte desses profissionais.

Outro resultado importante é a identificação de uma barreira para que estudos sejam conduzidos a respeito desse tema. No caso, a barreira seria o fato de os abusos sexuais ocorrerem, em sua maioria, em âmbito familiar, o que pode dificultar a investigação do papel da família em parceria com a escola no enfrentamento do problema. Um dado importante é a questão de a educação sexual, em pleno século XXI, ainda ser considerada um tabu, tanto em âmbito familiar quanto em âmbito escolar, o que pode atrapalhar a execução de políticas de proteção de crianças e de adolescentes, já que esse conservadorismo pode colocá-los em situações de ainda mais vulnerabilidade.

Este estudo mostra como ainda é atual debater e pesquisar o ASI. Ainda há muitas falhas, o que se vê na quantidade de casos, que só aumenta estatisticamente. É fundamental, pois, que se continue a investigar o papel de atores sociais na prevenção do



ASI e na proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe uma análise sobre o papel da família e da escola na contemporaneidade no enfrentamento do abuso sexual infantil (ASI). Foi apresentada uma breve contextualização histórica sobre a infância, até o momento em que crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, bem como definições e marcos regulatórios importantes sobre violência e abuso sexual infantil.

O presente estudo revelou que há uma carência de investigações que abordem a parceria entre a escola e a família no enfrentamento do abuso sexual infantil (ASI). Embora a escola seja vista como um agente essencial na identificação, denúncia e prevenção do ASI, muitos profissionais educacionais ainda se sentem despreparados ou desconfortáveis em lidar com o tema, acreditando que seja uma questão de foro íntimo. A educação sexual nas escolas é considerada uma ferramenta importante para prevenir o ASI, mas enfrenta barreiras, como o fato de os abusos ocorrerem principalmente no ambiente familiar, o que dificulta a integração entre escola e família. Além disso, o tabu em torno da educação sexual, tanto nas famílias quanto nas escolas, contribui para a vulnerabilidade das crianças. O estudo reforça a necessidade de continuar investigando o papel da escola e da família na proteção e prevenção do ASI.

Ao longo dos anos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e em seguida do ECA, inúmeras foram as políticas públicas que trouxeram benefícios para crianças e adolescentes no Brasil, por reconhecê-las como sujeitos de direitos e por protegê-las integralmente. Essas políticas também punem situações de violência e/ou abuso/negligência que esse público vulnerável possa sofrer. O abuso sexual caracteriza-se por toda relação que ocorra entre um adulto e uma criança ou adolescente que estimule estes a sexualidade, se aproveitando dos vínculos e da confiança para ter prazer de forma não consentida.

A partir da pesquisa, compreendemos a importância do papel da escola na identificação de situações de abuso sexual, sendo o local onde as crianças e adolescentes sentem-se seguros, e também é na escola que inicialmente percebe-se mudanças nos comportamentos destes que são refletidos inicialmente com o isolamento social e baixo rendimento escolar. Outro ponto de destaque, é que o presente estudo se propôs a compreender a participação tanto da família como da escola, contudo, não encontramos artigos que trouxessem esse debate, analisando os textos, e os dados aqui apresentados,



compreendemos que podemos associar o fato de o tema sexualidade, ainda ser um tabu no âmbito familiar, como também o fato de os dados revelarem que as situações de abuso sexual ocorrem com maior frequência dentro de casa, por familiares próximos, dentre eles, pai, tio, avô, padrasto.

Por fim, o presente estudo mostrou a importância do debate da educação sexual infantil, como esta nunca deixou de levantar debates e incomodar a sociedade que mascara a violência sexual contra crianças e que ao mesmo tempo é gritante nas estatísticas. Se a cultura conservadora e o modo de ver a educação sexual como incentivo a sexualidade for revisto, muito poderá ser feito para redução desses dados, pois ela pode atuar tanto de forma preventiva como protetiva.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de; CENTA, Maria de Lourdes. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22, p. 71-76, 2009. Acesso em: 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/rT7Gpx3wNb9gq7GhNpdSHyk/abstract/?lang=pt>.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022. ISSN 1983-7364.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BOHNENBERGER, Marina; BUENO, Samira. **Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, ano, v. 15, p. 230-255, 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal/ Laurez Ferreira Vilela (coordenadora)** – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008.



BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2013. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08\\_2013\\_pnevsca.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf). Acesso em: 14 mai.2023.

BARROS, João Luiz da Costa; LIMA, Juliana Camurça de; PEREIRA, Lorhena Alves. Direito de ser criança: apontamentos jurídicos para sua proteção e desenvolvimento humano. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM**, v. 9, n. 3, p. 1-17, 2024. Acesso em: 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/15038>.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>. Acesso em: 14 maio 2023.

LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 9, n. 25, 2019. Acesso em: 14 maio 2023. Disponível em: [https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/1745](https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1745).

MAIA, Ana Paula Oliveira; DA SILVA, Núbia; NORONHA, Weslane Silva. Educação sexual na escola: sob o olhar do gestor e professor. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 9864-9882, 2020. Acesso em: 14 maio 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7309>.

MARTELLI, Andréa Cristina. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: o que a escola tem a ver com isso. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL. 2013. Disponível em: <https://eventos.idvn.com.br/sies2015/trabalhos/791/abuso-sexual-contra-crianaas-e-adolescentes-o-que-a-escola-tem-a-ver-com-isso>.

OLIVEIRA, Milena Camili Cardoso Gomes de et al. Abuso sexual infantil. **Revista Científica Monumenta-Multidisciplinar**, v. 1, não. 1 pág. 35-44, 2020.

PAIVA, Milena Carla Candido; MIRANDA, Joseval dos Reis; FERREIRA, Laysa Maida Santos. **A percepção dos pais e mães sobre o trabalho de educação sexual na escola**. Anais II CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/15272>. Acesso em: 07 ago. 2022.

PONTES, Jhaina Aryce e Souza; MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches; HERRAN, Vallace Chriciano Souza. Ressignificando os conceitos de criança e infância. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 113–129, 2018. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4116](https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4116). Acesso em: 31 dez. 2024.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.



RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação a da assistência à infância no Brasil. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ana Laura Romano dos et al. **Educação sexual no ambiente escolar**. Betim, 2021. Disponível em:  
<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14452/7/EDUCA%C3%87%C3%83O%20SEXUAL%20NO%20AMBIENTE%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SPAZIANI, Raquel; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. A. 2015, v. 32. Ed. 97. 2015.

SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro; ARPINI, Dorian Mônica. Olhares de mães de grupos populares sobre a educação sexual de filhos adolescentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 8-29, 2018.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

TEMER, Luciana. **Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 4-9, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

VIEIRA, Helena Isabel Moreira Casanova. **A perspectiva dos pais sobre a educação sexual dos filhos**: uma revisão sistemática da literatura. 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134913/2/483770.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

**Artigo recebido em:** 16 de novembro de 2024.

**Aceito para publicação em:** 11 de dezembro de 2024.

**Manuscript received on:** November 16th, 2024

**Accepted for publication on:** December 11st, 2024

